



## Índice

1. De que modo a EDP está a contribuir para a alteração do paradigma do mercado financeiro?.....	2
2. Consulta sobre as finanças sustentáveis- comentários solicitados pela CMVM.....	5



### 1. De que modo a EDP está a contribuir para a alteração do paradigma do mercado financeiro?

A EDP congratula a CMVM pelo documento elaborado e pelas acções futuras que a CMVM propõe-se realizar para a dinamização do sistema financeiro sustentável.

A EDP está a contribuir para esta alteração do paradigma do mercado financeiro:

1. Em torno da transição para uma economia de baixo carbono (promoção do investimento sustentável).
  - A sua estratégia de crescimento do negócio do Grupo EDP assenta no investimento em activos renováveis num quadro de desalavancagem financeira, reforço da eficiência operacional e baixa exposição ao risco. A prioridade dada pela EDP ao investimento em produção renovável foi iniciada em 2006, antecipando as grandes tendências do mercado energético.
  - Nestes 10 últimos anos, os avanços tecnológicos na geração eólica, no fotovoltaico e no armazenamento de energia, a par da expansão da internet e da transformação digital, abriram novas formas e oportunidades de negócio que a EDP abraça estabelecendo objectivos estratégicos de sustentabilidade integrados na estratégia global do Grupo.
2. Alinhamento da sua estratégia com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
  - Os objectivos da EDP correspondem igualmente a contributos para a agenda comum estabelecida pelos ODS das Nações Unidas, que a EDP subscreveu no lançamento desta iniciativa em 2015. As actividades desenvolvidas pela EDP permitem que estejamos alinhados com 9 ODS das Nações Unidas: 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13, 15 e 17.
3. Contribuição para a reorientação do capital privado para os investimentos sustentáveis.
  - A EDP está representada através da Eurelectric no TEG (Technical Expert Group) que aconselha a Comissão Europeia na implementação das propostas legislativas e lidera o posicionamento da Eurelectric no TEG, através do seu sub-grupo (TEG#1). Adicionalmente a EDP tem um representante “expert consultor do TEG” para apoiar a Comissão Europeia no processo de regulação.
  - A EDP está representada num grupo de trabalho de Utilities que apoia os trabalhos da TCFD.
  - A EDP está representada no Forum Corporativo sobre Finanças Sustentáveis recentemente criado (Janeiro de 2019) com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de instrumentos financeiros que apoiem o financiamento sustentável.
  - Em Outubro de 2018, a emissão de 600 milhões de euros em obrigações verdes para suportar o financiamento e refinanciamento de projectos da EDP Renováveis.
  - Mais recentemente, em Janeiro de 2019, a emissão de dívida híbrida verde no valor de mil milhões de euros para suportar o financiamento e refinanciamento de projectos da EDP Renováveis.



- Como consequência a EDP está no radar da monitorização de *green bonds* pelo Climate Bond Initiative<sup>1</sup> constando na sua base de dados como empresa emissora de *green bonds*.
- EDP integra o índice Bloomberg Barclays MCSI Global Green Bond Index.

Estas emissões estão alinhadas com os compromissos do Grupo EDP em contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono, em particular o compromisso de reduzir as suas emissões específicas de CO<sub>2</sub> em 75% até 2030, face a 2005, e o compromisso de atingir 76% de capacidade instalada renovável em 2020, ou seja os ODS 7 e 13.

- A presença da EDP em vários índices ESG:
  - DJSI World desde 2008
  - DJSI Europe durante 9 anos
  - FTSE4 Good Indexes desde 2010
  - OEKOM. EDP tem Prime Status desde 2009
  - MCSI ESG index family desde 2012
  - STOXX ESG Leaders Indices desde 2015
  - ETHIBEL Sustainability Indices
  - ESI Excellence Global
  - Euronext VIGEO Family
- A presença em ratings ESG, como por exemplo:
  - CDP desde 2008.
  - Ethicis.
- A presença da EDP na lista das 100 empresas mais sustentáveis da RobecoSAM desde 2007.

A resposta da EDP a esta consulta foi preparada e alinhada tendo por base os recentes desenvolvimentos a 3 níveis:

### - **nível internacional**

Definição dos ODS pelo Programa das Nações Unidas o que implica trabalhar a agenda global de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável, o que envolverá alterações significativas sobre o modo como se utilizam os recursos, em particular:

---

<sup>1</sup> Organização internacional referência no processo de verificação externa das emissões de obrigações verdes.



## Comunicação Finanças Sustentáveis

- ✓ os investimentos em infra-estruturas e inovação - a promoção de investimentos sustentáveis, e investir em inovação e investigação científica são aspectos cruciais para facilitar e promover o desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>.
- ✓ alterações climáticas- é imperioso trabalhar em uníssono no combate as alterações climáticas.

### - nível G20

Em 2015, após o Acordo de Paris, foi estabelecida pelo Conselho de Estabilidade Financeiro (FSB) do G20 uma Task Force on Climate- related Financial Disclosures (TCFD). Em Junho de 2017 a TCFD apresentou recomendações para encorajar as instituições financeiras e as empresas para reportar a informação relativa aos riscos do clima. As recomendações são amplamente reconhecidas como um guia sobre o reporte de informação financeira relativa ao clima, e a Comissão Europeia encoraja a sua implementação.

### - nível europeu

Adopção dos ODS pela UE em Novembro de 2016, o que significa assumir os ODS como um princípio de melhor regulação no âmbito do pacote da agenda 2030.

“We need to be bolder when it comes to supporting sustainable finance. This means looking for ways to encourage institutional investors to have more sustainable investment policies. But also, to see how we can support the transition to a low carbon economy in the financial sector.”<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Nos termos definidos pelo relatório da Comissão Brundtland em 1987. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future, March 1987, page 41 “meeting the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”.

<sup>3</sup> Declaração do Vice-Presidente da Comissão Europeia Valdis Dombrovskis em 27 de Setembro de 2016.



## 2. Consulta sobre as finanças sustentáveis- comentários solicitados pela CMVM

### 1. Quais os principais benefícios e oportunidades que identifica na incorporação de Fatores ESG nos produtos e serviços oferecidos nos mercados financeiros?

A integração dos factores ESG é benéfica para:

- **Bancos**- criação de produtos e serviços verdes/sustentáveis que lhes permitirão alinhar as suas actividades bancárias com estratégias de sustentabilidade.
- **Investidores**- identificação de oportunidades de investimento sustentável ao disporem de informação que lhes permite balancear entre o risco e o retorno do investimento.
- **Empresas**- melhoria do seu posicionamento em termos de vantagens competitivas, se gerirem os impactos que têm sobre o meio envolvente. Consequentemente, tornam-se um “activo” potencial para integrarem produtos ESG ao demonstrarem menores riscos reputacionais, regulatórios, ambientais, etc.
- **Clientes**- acesso a produtos e/ou serviços a custos mais reduzidos devido aos benefícios ambientais e/ou sustentáveis associados.

### 2. Na sua atividade, que fatores “E”, “S” e “G” identifica?

Através do Processo de Materialidade Companhia identifica os temas ESG relevantes para os seus *stakeholders* cruzando-os com a relevância dos mesmos para o seu negócio. Deste processo anual em 2018 resultou a identificação de 21 temas ESG materiais para a Companhia:

<i>Environmental</i>	<i>Social</i>	<i>Governance/Economic</i>
1. Promoção de Energia Renovável	5. Direitos Humanos	11. Governo Societário
2. Alterações Climáticas	6. Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade	12. Ética Empresarial
3. Eficiência Energética	7. Gestão de Pessoas	13. Sustentabilidade do negócio
4. Protecção Ambiental	8. Segurança e Saúde	14. Investimento Socialmente Responsável
	9. Concessões	15. Comunicação e Transparência
	10. Clientes Vulneráveis	16. Inovação e Investigação
		17. Mobilidade Sustentável
		18. Transformação Digital
		19. Gestão dos Fornecedores
		20. Satisfação e Serviço ao Cliente
		21. Novos Serviços de Energia



Os principais desafios que as *utilities* eléctricas enfrentam (descarbonização, descentralização, digitalização) justificam alguns dos factores ESG atrás referidos, destacando-se:

- maior transparência da *governance* devido a uma maior pressão das partes interessadas [tema 11];
- redução da dependência dos consumidores das *utilities* eléctricas e capacidade de adaptação para responder às novas necessidades dos clientes (e.g. mobilidade eléctrica) [temas 1, 17, 18, 20 e 21];
- regras regulatórias mais exigentes para integrar a liberalização do mercado e a sustentabilidade [temas 9, 12 e 15];
- maior transparência no relacionamento com as partes interessadas [temas 12, 15 e 19];
- regras regulatórias mais exigentes com respeito à emissão de GEE o que requer um esforço de investimento para criar capacidade de produção sustentável [temas 1, 2, 3 e 4];
- integração das energias renováveis no *mix* de produção o que requer um sistema de distribuição mais flexível e soluções de energia integradas [temas 1, 16, 17, 18 e 21];
- modernização da rede de distribuição de energia eléctrica [temas 3, 16, 17, 18 e 21];
- maior eficiência na gestão dos recursos, em particular do recurso água [temas 3 e 4];
- *stranded assets* decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono [temas 1, 2 e 12];
- desenvolvimento de metodologias de avaliação de impactos ambientais [temas 2 e 4];
- capacidade de atracção e retenção de talentos e adaptação dos colaboradores a um modelo de negócio inovador [temas 7, 16 e 18];
- desenvolvimento de metodologias de avaliação de impactos sociais [temas 5, 7, 8, 10 e 14]

### **3. Quais os elementos de sustentabilidade que identifica na sua organização (códigos de ética; transparência de práticas de remuneração, medidas para fomentar a igualdade de género, racial ou outra; medidas para promover o equilíbrio profissional e pessoal, e proteção ambiental) e como avalia os respetivos impactos?**

A sustentabilidade está integrada no ADN da Companhia.

Um dos marcos foi a aprovação, em 2004, pelo Conselho de Administração da companhia, dos princípios de desenvolvimento sustentável do grupo EDP, um compromisso público para desenvolver os seus negócios, procurando assegurar um equilíbrio entre os aspectos económicos, ambientais e sociais da sua actividade.

Com a sua explicitação, a EDP assume entre outros aspectos, o sector energético, como sector natural do seu crescimento e que as actividades que desenvolve têm importantes consequências ambientais (pela necessidade de queima de combustíveis fósseis) e sociais (pelo elevado número de colaboradores envolvidos). Assumiu ainda que é um grupo com presença global no mundo.



Um outro marco foi a aprovação, em 2005, pelo Conselho de Administração da companhia, o Código de Ética do Grupo EDP. Assim, a companhia coloca a ética enquanto elemento central e fundamental da cultura organizacional, o que significa o estabelecimento de objectivos concretos de desempenho ético em toda a organização.

Em alinhamento com estes princípios e valores, a companhia tem construído um consistente “edifício” expresso em códigos e políticas específicas como por exemplo, entre outros: Código de Conduta para a Alta Direcção e Senior Financial Officers, Código de Conduta do Fornecedor EDP, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, Política de Integridade, Política de Diversidade, Política Ambiental.

Estes vários elementos da sustentabilidade são materializados em objectivos e metas estratégicas que fazem parte integrante do Plano de Negócios. São ainda actualizados continuamente, e adicionalmente contribuem para a agenda comum estabelecida pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que a EDP subscreveu no lançamento desta iniciativa em 2015.

A monitorização do progresso dos elementos de sustentabilidade é feita de um modo periódico (trimestral e anualmente).

Adicionalmente, a EDP tem sido avaliada em termos de práticas e impactes a nível ambiental, social, ética, direitos humanos, corrupção, diversidade entre outros, estando incluída em alguns dos mais relevantes índices ESG, como por exemplo os índices de sustentabilidade Dow Jones, os índices Euronext da VIGEO-EIRIS, entre outros.

#### **4. Quais os principais desafios e riscos colocados pelas Finanças Sustentáveis e que tipo de soluções identifica para os ultrapassar e mitigar?**

As finanças sustentáveis fundamentam-se em dois imperativos essenciais:

- Responder às necessidades de infra-estruturas e de uma sociedade inovadora dado a transição para uma economia de baixo carbono e resiliente.
- Fortalecer a estabilidade financeira, e adicionalmente promover os agentes do mercado financeiro com as ferramentas necessárias à avaliação e gestão dos riscos materiais e intangíveis.

O principal desafio é o de conseguir adaptar o mercado financeiro para o foco das finanças sustentáveis, em particular para os investimentos de longo-prazo, e para a integração dos aspectos ESG no processo da tomada de decisão de investimento. Adicionalmente, existe o desafio do envolvimento dos gestores face aos potenciais custos de *compliance* e dificuldades de mensuração dos factores ESG.

Para ultrapassar este desafio a lista do Plano de Acções da Comissão Europeia é extensa, sublinhando-se todavia algumas áreas de actuação principais para minimizar os riscos:

- Alteração da regulação dos bancos e companhias seguradoras.



- Alteração das regras contabilísticas.
- Integração dos factores ESG nos *ratings* de crédito.
- Limitação dos *benchmarkings* de sustentabilidade.

Para Portugal, a adaptação do mercado financeiro para o foco das finanças sustentáveis merece ainda mais atenção, porque:

- A actividade de finanças sustentáveis é insignificante ao nível dos bancos, da dívida pública, bolsa de valores, companhias de seguros, investimentos, empresas. Em 2018 registou-se a 1ª emissão de obrigações verdes por uma empresa portuguesa.
- Poucos agentes do mercado financeiro (bancos, companhias de seguros, fundos de pensões) adoptaram os princípios de investimento responsável (PRI).
- Poucas agentes do mercado financeiro (empresas, bancos, companhias de seguros, fundos de pensões) adoptaram as recomendações da TCFD.
- Poucos agentes do mercado financeiro (bancos, empresas, companhias de seguros, entre outros) integram índices de sustentabilidade.
- A Euronext de Lisboa aderiu à SSE<sup>4</sup>, mas ainda não publicou o Guia de reporte ESG.

Em termos globais algumas soluções poderão passar pelas Políticas Públicas em alinhamento com as iniciativas do Plano de Acções da Comissão Europeia, e em parceria com outros agentes do mercado financeiro:

I. Alinhar as políticas energéticas, industriais, entre outras, com o desenvolvimento de produtos e serviços verdes e/ou sustentáveis (ver nota):

- a) Definir apoios a fundo perdido numa primeira fase para incentivar o sector privado na transição energética.
- b) Definir incentivos fiscais sobre as empresas que têm financiamentos verdes.
- c) Desenhar novos instrumentos financeiros como por exemplo subsídios/incentivos fiscais às instituições bancárias/investidores de modo a estas poderem praticar taxas de juro reduzidas para projectos que apoiam a transição para a economia de baixo carbono e resiliente.
- d) Definir *targets* para orientar os investimentos para determinado tipo de actividades/projectos.
- e) Apoiar as instituições bancárias através de garantias que permitam melhorar o nível de *rating* de crédito e a sua capacidade de financiamento verde.
- f) Definir outros incentivos para promover programas de desenvolvimento da produção de energia renovável e eficiência energética

II. Alterar o enquadramento da entidade de supervisão e reguladora do mercado financeiro para facilitar o reporte e a integração dos aspectos ESG no mercado financeiro.

III. Promover discussões alargadas sobre o melhor modo de gerir o risco sistémico decorrente do combate às alterações climáticas e outros aspectos de sustentabilidade, em coordenação com os desenvolvimentos da Comissão Europeia para se evitar a fragmentação do sistema financeiro.

IV. Formação sobre finanças sustentáveis na comunidade do mercado financeiro (bancos, companhias de seguros, fundos de pensões) para estimular a criação e a procura de produtos e serviços verdes e/ou sustentáveis.

V. Adopção de guias ESG.

---

<sup>4</sup> Sustainable Stock Exchange





Nota:

Alguns exemplos de produtos e serviços sustentáveis:

- a) Empréstimos verdes e/ou sustentáveis de longo prazo que se traduzam em reduções fiscais em troca de uma redução da taxa de juro.
- b) Investimentos verdes e/ou sustentáveis que se traduzam em reduções fiscais em troca de uma redução da taxa de juro.
- c) Melhoria do *rating* de crédito atribuído a uma empresa no caso de melhor desempenho em sustentabilidade.
- d) Descontos nos prémios seguros caso se adquiram carros híbridos e/ou carros eléctricos.
- e) Descontos junto dos clientes (prémios) e das seguradoras (fiscais) se promoverem a reciclagem do carro/partes do carro em caso de dano.
- f) Oferta de taxas de juro mais atractivas para financiamento da aquisição de carros eléctricos e/ou híbridos.
- g) Cartões de débito e/ou de crédito verdes ou sustentáveis.
- h) Desenvolvimento de índices ESG.

### 5. Em particular, a integração de fatores de sustentabilidade conflitua com objetivos de maximização de rentabilidade, no curto, médio ou longo prazo?

Ao longo de vários anos e décadas os académicos têm estudado a relação entre a integração dos aspectos ESG e o desempenho financeiro sendo de referir os estudos de:

- Ioannis Ioannou e George Serafeim de 2014<sup>5</sup>. O estudo realizado evidencia que as empresas com melhor desempenho em sustentabilidade têm uma performance da acção superior àquelas com pior desempenho de sustentabilidade.
- Mozaffar Khan, George Serafeim, and Aaron Yoon de 2016<sup>6</sup>. As conclusões do estudo evidenciam uma correlação positiva significativa entre o desempenho financeiro e o desempenho em aspectos materiais ESG.
- Arabesque and Oxford University de 2016<sup>7</sup>. O relatório analisa 200 estudos científicos e conclui que mais de 90% dos estudos encontram uma correlação positiva entre os aspectos ESG e a redução do custo de capital; 88% dos estudos encontram uma correlação entre o desempenho de um aspecto ESG (e.g diversidade; independência do *board*) e várias medidas do desempenho financeiro (e.g. resultado líquido; retorno do capital sobre os activos).

Todavia, entre os agentes do mercado financeiro continua a existir uma certa incerteza quanto à ligação entre a integração dos aspectos ESG e o desempenho económico.

O potencial para se ultrapassar as barreiras ao desenvolvimento das finanças sustentáveis, materializado na relação entre o risco e o retorno, será como

<sup>5</sup>Eccles R., Ioannou I. and Serafeim G., "The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance," *Management Science*, Vol. 60, No. 11, 2014, p. 2835-2857.

<sup>6</sup> Khan M., Serafeim G. and Yoon A., "Corporate sustainability: First evidence on materiality," *Accounting Review*, 2016, forthcoming.

<sup>7</sup> Clark G., Feiner A. and Viehs M., "From the stockholder to the stakeholder: How sustainability can drive financial outperformance," March 2015, [www.arabesque.com/oxford](http://www.arabesque.com/oxford), accessed February 2016.



mencionado anteriormente realizado através de um alinhamento entre as políticas públicas e as outras partes interessadas.

**6. Que impactos são expectáveis da inclusão de princípios de ESG no retorno de longo prazo de uma empresa?**

As empresas deverão prosseguir procedimentos de avaliação dos riscos ESG e integração dos custos e oportunidades da gestão dos factores ESG para suportar as suas decisões estratégicas e assegurar o seu crescimento sustentado a longo prazo. Adicionalmente, a demonstração do bom desempenho de sustentabilidade deveria ser incentivada a nível regulatório, tal como descrito na resposta à questão 4.

**7. Quais são as principais barreiras associadas à oferta e à comercialização de Produtos e Serviços Financeiros Sustentáveis e como podem ser ultrapassadas?**

A principal barreira está associada à falta de informação e incerteza em termos de custos e rendimentos.

Soluções como envolvimento com *stakeholders* tipo: seminários, workshops, fóruns de discussão, poderão servir para ultrapassar a barreira mencionada, assim como, benefícios económicos (subsídios, incentivos fiscais, etc.).

**8. Deveria ser dado algum tipo de incentivos para promover o crescimento dos investimentos sustentáveis em Portugal? Em que setores? De que natureza?**

Na resposta à questão 4 ilustram-se alguns exemplos de incentivos que poderão promover o crescimento da actividade de finanças sustentáveis.

**9. Na presença de subsídios ou reduções de taxas ou outros incentivos, passaria a equacionar a oferta de produtos e serviços ESG?**

O desenvolvimento de produtos e serviços ESG a utilizar por empresas, governos e outras utilidades públicas, bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, etc. como referido em respostas dadas anteriormente está muito associada à implementação de incentivos. No caso da EDP o financiamento verde já é uma realidade, mas a presença de benefícios económicos iria impulsionar a nossa presença no mercado das finanças sustentáveis.

**10. Que iniciativas poderiam ser tomadas pela CMVM para contribuir para o desenvolvimento das Finanças Sustentáveis em Portugal e mitigar os riscos associados?**

É importante assegurar o debate sobre as finanças sustentáveis, e criar as bases para o envolvimento de todos os interessados no mercado financeiro, em parceria com as políticas governamentais. Adicionalmente, deveria actuar e exercer influência junto de



várias entidades (governo, UE e junto de outros reguladores e demais agentes de mercado).

**11. Em particular, identifica algumas necessidades regulatórias em Portugal, a acrescentar às iniciativas regulatórias em curso ou já anunciadas no Plano de Ação da CE?**

As iniciativas europeias abrangidas pelo Plano de Acções são relevantes para o desenvolvimento das finanças sustentáveis não se antevendo mais necessidades regulatórias.

**12. Quais as razões para não serem adotadas políticas / investir em produtos financeiros / emitir produtos financeiros “E”, “S” e “G”?**

Ausência de enquadramento regulatório e não regulatório que faça a diferenciação dos empréstimos, dos investimentos em carteiras de acções/obrigações e outros produtos derivados, dos índices de acções/obrigações de acordo com os factores ESG.

Ausência de acções que permitam o envolvimento com todas as partes interessadas para fomentar a integração dos aspectos ESG e o desempenho ESG.